

Documento de posição adotado

TTIP– DEMASIADAS PROMESSAS FALACIOSAS E DEMASIADOS RISCOS REAIS

O COMÉRCIO DEVE MELHORAR O NOSSO PLANETA E NÃO PRIVILEGIAR AS GRANDES EMPRESAS

A União Europeia e os Estados Unidos estão atualmente a negociar um acordo, apelidado de acordo comercial que, caso venha a ser celebrado, resultará num «tratado sem precedentes». Trata-se da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*), que vai muito para além do comércio.

Na sua forma atual, a TTIP teria repercussões de grande alcance e, em muitos aspetos, irreversíveis na nossa vida quotidiana, em particular nos domínios da saúde, da alimentação, do trabalho, da segurança dos produtos, do ambiente, das normas sociais e de privacidade. Poderá até alterar profundamente a forma como recorreremos às instituições democráticas para regulamentar todos estes domínios, minando a importância das preferências e das exigências dos cidadãos.

No entanto, os negociadores da Comissão Europeia estão a manter o grande público na ignorância quanto à verdadeira dimensão destas negociações e às possíveis e muito reais ameaças que delas poderão advir para os interesses e liberdades dos cidadãos. Até à data, foram ignorados os pedidos no sentido de uma total transparência. Só os grupos de pressão dos setores envolvidos têm um acesso privilegiado. **Por este motivo, nós, Verdes Europeus, questionamos a legitimidade e o teor dessas negociações**, apesar de sermos claramente a favor do alargamento da cooperação transatlântica em domínios benéficos para ambos, particularmente em matéria de combate às alterações climáticas e de proteção ambiental, bem como no que diz respeito à fraude e à evasão fiscais.

Inicialmente, a Comissão Europeia pretendia concluir o acordo antes do final de 2014. No que diz respeito aos Estados Unidos, a Administração necessitaria de uma autorização de promoção comercial que permitisse um simples voto favorável ou desfavorável do Congresso, e que até ao momento tem sido rejeitada pelos legisladores. Por essa e outras razões, o plano da Administração dos EUA e da Comissão Europeia de concluir este acordo com uma celeridade inédita no contexto de negociações comerciais é completamente irrealista. Simultaneamente, os EUA estão a conduzir negociações comerciais separadas, mas de índole semelhante, com vários países do Pacífico, no âmbito da Parceria Transpacífico (TPP).

PROMESSAS ECONÓMICAS IRREALISTAS

Um argumento habitualmente invocado a favor dos acordos de «comércio livre» é o de que reduzem as pautas aduaneiras, contribuindo assim para a expansão do comércio e permitindo o acesso a importações mais baratas, e que os seus amplos benefícios para a economia superam claramente os inconvenientes. Porém, as pautas aduaneiras entre os EUA e a UE são já bastante baixas, sendo de 3 % em média. Por conseguinte, os funcionários que promovem a TTIP baseiam as suas previsões económicas positivas na «eliminação, redução ou prevenção de políticas desnecessárias "atrás da fronteira"», das chamadas barreiras não pautais. Estudos otimistas assumem que a TTIP poderá resultar num aumento de 0,5 % a 1 % do produto interno bruto (PIB).

Para além do facto de esta maneira de pensar ter conduzido a Europa à crise que atualmente atravessa, estas estimativas são irrealisticamente elevadas e não mencionam que a totalidade dos seus benefícios só está prevista para 2027. Tal significa que é pouco provável que, a curto prazo, os benefícios do acordo superem os efeitos negativos em termos de saúde, proteção social, ambiente e privacidade. Segundo uma análise do *Public Citizen's Global Trade Watch*, um grupo de defesa de consumidores, os benefícios da TTIP ascenderiam a menos de 40 euros anuais por família. Acresce que esta análise não tem em conta quaisquer custos adicionais relativos ao enfraquecimento das garantias legais em matéria de saúde, finanças, ambiente e noutros domínios de interesse público. Tom Jenkins, da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), manifestou as suas dúvidas quanto ao aumento do emprego prometido pela TTIP: «Não é claro de onde deveriam provir esses empregos e quais os países da UE que, em última análise, beneficiariam dos mesmos.»

Presume-se que parte do potencial de crescimento prometido advirá de uma maior capacidade dos parceiros transatlânticos de impor normas comuns a países terceiros, seus parceiros em todo o mundo. Contudo, a estratégia segundo a qual «o Ocidente manda no resto» não só representaria um desvio politicamente muito arriscado da agenda comercial multilateral, tal como preconizada pelos Verdes, como também teria consequências económicas dificilmente previsíveis.

Os Verdes exigem uma análise económica realista, incluindo uma avaliação do impacto sobre o ambiente e os direitos do Homem e tendo igualmente em conta os impactos a nível mundial.

UM ATAQUE À DEMOCRACIA

A falta de transparência que tem caracterizado as negociações da TTIP é não só um mau sinal, mas também uma violação do direito de todos os cidadãos de saberem o que está a ser negociado em seu nome. O mandato de negociação conferido pelo Conselho da UE à Comissão permanece classificado como documento secreto. Os próprios deputados ao Parlamento Europeu - instituição que desempenha um papel importante nas relações comerciais da Europa, pois tem poderes para vetar os acordos comerciais, que, aliás, exerceu em relação ao Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA) - não têm senão um acesso limitado aos textos de negociação. A Comissão Europeia afirma que está a ser mais transparente relativamente à TTIP do que em negociações comerciais anteriores, mas os membros de um órgão consultivo, que inclui representantes da sociedade civil, não têm acesso aos textos de negociação. Quanto aos cidadãos, em vez de obterem transparência, são alvo de propaganda sobre um suposto benefício de 500 euros por família. Suspeitamos que a organização de uma consulta pública relativa a normas de proteção dos investidores aplicáveis às

sociedades de capitais seja uma mera cortina de fumo destinada a manter o assunto fora da agenda política até depois das eleições europeias no final de maio.

Este secretismo debilita os valores democráticos. É inaceitável que nem os cidadãos, nem os seus representantes estejam autorizados a inteirar-se de negociações sensíveis relativas a matérias legislativas que afetam a sua vida quotidiana sob tantos aspetos. Trata-se de colusão entre o poder burocrático e os grupos de interesses específicos, que conseguem um acesso privilegiado às negociações através de cerca de 600 representantes.

Os Verdes insistem pura e simplesmente na transparência total. O mandato de negociação e os textos de cada ronda negocial devem ser tornados públicos, de modo a permitir a realização de um debate público e transparente em intervalos regulares. Afinal, estão em causa normas e regras que foram estabelecidas de forma democrática.

Os Verdes opõem-se ainda firmemente à inclusão dos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado na TTIP. Estes mecanismos permitem que os investidores estrangeiros contornem os órgãos jurisdicionais nacionais e apresentem diretamente as suas queixas junto de tribunais arbitrais internacionais, muitas vezes constituídos por advogados de empresas. Por que razão se atribuem tais privilégios jurídicos aos investidores internacionais, quando estes poderiam recorrer a sistemas judiciais bem desenvolvidos? Prende-se com o poder das grandes empresas. Se um tribunal arbitral concluir que políticas democraticamente estabelecidas podem limitar os lucros previstos por um investidor, pode obrigar um governo a pagar milhares de milhões a título de ressarcimento. Esta situação é passível de limitar de forma dramática a liberdade democrática para legislar em matérias relativas ao ambiente, à saúde, às finanças ou a outras áreas.

Tais painéis de arbitragem são já uma realidade. O Acordo de Comércio UE-Canadá e o Acordo de Comércio Livre UE-Singapura preveem ambos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado. Nove Estados-Membros da UE incluíram estes mecanismos em acordos comerciais bilaterais celebrados com os EUA. Porém, se forem incluídos no texto da TTIP, estes mecanismos de resolução de litígios ganharão uma maior notoriedade. Não se trata de teorias fantasistas. A política de transformação de energia da Alemanha foi atacada num destes painéis, tendo sido exigido o pagamento de um montante de 3,7 mil milhões de euros a título de indemnização, a ser efetuado com o dinheiro dos contribuintes. As grandes tabaqueiras processaram a Austrália e outros países devido à sua legislação em matéria de saúde. Uma empresa petrolífera americana instaurou um processo ao Canadá, em que reclamou uma indemnização de um montante superior a 250 milhões de dólares americanos, devido a uma moratória relativa a fraturas hidráulicas. Foram processados países por introduzirem um salário mínimo. O efeito inibidor sobre a atividade legislativa é por demais evidente. Suponhamos que 3 300 empresas da UE possam acionar os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado através das suas 24 000 filiais americanas para ameaçar ou atacar a legislação norte-americana, enquanto 50 800 filiais europeias de 14 400 empresas dos EUA sigam idêntico procedimento relativamente à legislação da UE e dos seus Estados-Membros, ou mesmo à legislação a nível regional!

A mensagem dos Verdes é muito clara: Não aos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado!

O enfraquecimento do poder legislativo democrático para regulamentar uma grande variedade de setores poderia ainda ser agravado em consequência de uma das ideias favoritas que o Comissário da UE responsável pelo Comércio, Karel De Gucht, defende a respeito do TTIP: criar um

Conselho de Cooperação em matéria de Regulamentação entre os EUA e a UE. O conceito básico é muito simples. Antes da elaboração de uma nova legislação, seja em matéria de ambiente ou defesa do consumidor, direitos laborais, questões agrícolas, entre outras, dever-se-ia conceder a um órgão bilateral de administradores e representantes de empresas dos EUA e da UE a oportunidade de «analisar» os eventuais impactos dessa legislação nos interesses comerciais. Tal permitiria a coordenação dos grupos de pressão das grandes empresas com vista a enfraquecer ou bloquear os esforços legislativos, antes mesmo de estes serem iniciados. Os legisladores teriam de justificar as suas intenções perante o tribunal superior do mundo empresarial transatlântico. De facto, um complexo burocrático e industrial prevaleceria sobre o processo de decisão democrático. Para os Verdes, um ataque tão fundamental à democracia é totalmente inaceitável.

O Grupo dos Verdes rejeita quaisquer propostas que reforcem o poder dos grupos de pressão empresariais.

O ENFRAQUECIMENTO DAS NORMAS DA UE É INACEITÁVEL

Stuart Eizenstat, do Conselho Económico Transatlântico, anunciou publicamente os objetivos para as negociações da TTIP que deveriam mobilizar todas as entidades europeias e americanas defensoras dos consumidores no sentido de deter esta coligação de grupos de pressão: «Os padrões na Europa têm um nível diferente e considero que o nível das normas da UE é injustificadamente elevado e carece de uma base científica. ... O que para uma família americana é boa alimentação, também o deveria ser para os europeus.» Vários grupos empresariais anunciaram de forma explícita a sua intenção de utilizar a TTIP para contornar o princípio da precaução, orientador da legislação ambiental europeia. Quase todos os grupos de pressão industriais apresentam as suas exigências próprias no sentido de serem negociadas novas normas transatlânticas mais convenientes para as empresas. As empresas químicas querem minar o REACH, a legislação inovadora em matéria de avaliação e restrição de produtos químicos. Os grupos industriais pretendem que a TTIP evite a adoção da legislação sobre pesticidas ou da regulamentação infranacional relativa à fraturação hidráulica. Outros grupos de pressão querem sub-repticiamente reintroduzir o ACTA. A indústria dos produtos de cuidados pessoais quer eliminar os controlos dos produtos cosméticos e de cuidados pessoais. O setor agroalimentar dos EUA mostra-se particularmente agressivo na tentativa de atingir o seu objetivo de longa data: contornar finalmente as normas da UE de proteção do consumidor relativas aos organismos geneticamente modificados e às carnes de vaca, porco e frango americanas. Por outro lado, há também exemplos de interesses empresariais na UE que querem, por meio da TTIP, eliminar as normas americanas mais rigorosas, nomeadamente no domínio dos serviços financeiros, setor em que as instituições financeiras europeias querem suprimir as normas estabelecidas pela legislação americana Dodd-Franks.

A Comissão Europeia garantiu reiteradamente que não irá negociar no sentido de reduzir os requisitos estabelecidos pelas normas da UE. Contudo, mesmo sem uma alteração formal da legislação da UE, o «reconhecimento mútuo» de normas cuja qualidade difere e outras estratégias podem ter o mesmo efeito. Com base no «reconhecimento mútuo», as empresas multinacionais poderiam servir-se das suas filiais localizadas no outro continente para beneficiarem das diferenças em termos de legislação. Tal resultaria no esvaziamento do próprio direito de regulamentar.

Obviamente, há normas suscetíveis de serem harmonizadas. O estabelecimento de normas

comuns em matéria de tecnologias de mobilidade virtual, por exemplo, contribuiria para a promoção desse setor. Pelo menos algumas destas normas técnicas poderiam igualmente ser acordadas noutros contextos internacionais. No entanto, a defesa do direito e da responsabilidade de estabelecer normas em conformidade com uma escolha pública democraticamente legitimada implica que qualquer «equivalência» seja apenas aplicável às normas que beneficiem do mesmo nível de proteção.

No que diz respeito às normas, importa referir o que está a ser excluído da TTIP: A promoção de tecnologias que contribuam para a transformação rumo a uma economia hipocarbónica sustentável não constitui um objetivo expresso, nem a redução, ou mesmo a supressão gradual, dos subsídios atribuídos às energias fósseis com efeitos nocivos. Nem sequer é abordada a possibilidade de acordar regras comerciais diferentes, nomeadamente em relação a bens produzidos com níveis de intensidade de carbono ou ao abrigo de uma proteção laboral diferentes. A TTIP pode prejudicar a transição ecológica, pois a eliminação de barreiras não pautais poderá, por exemplo, obstar ao estabelecimento de normas relativas ao ecodesign.

Os Verdes alertam claramente para o facto de que os agricultores e consumidores da UE sairiam a perder com falsos compromissos. O princípio da precaução é inegociável. Exigimos que a Comissão Europeia defenda as regras mais rigorosas da UE, nomeadamente as regras relativas à utilização de antibióticos na exploração pecuária, à aprovação e ao cultivo de OGM, à rotulagem de carne de animais clonados ou à rotulagem referente à origem dos produtos alimentares. Exigimos que a Comissão Europeia proíba a fraturação hidráulica e os projetos de exploração de gás de xisto, a fim de proteger as normas ambientais na Europa. Não se pode descartar a existência de legislação contraditória no domínio das patentes sobre formas de vida ou da livre troca de sementes e animais, sendo ainda necessário proteger os direitos dos agricultores em matéria de propriedade intelectual.

Seis das oito normas laborais fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não foram ratificadas pelos Estados Unidos, nomeadamente a Convenção sobre a Liberdade Sindical e o direito de negociação coletiva. A agenda da TTIP não revela qualquer ambição a este respeito. Os Verdes pretendem cooperar com os sindicatos, não só para defender, como também para reforçar as normas laborais.

O Grupo dos Verdes opor-se-á ainda a qualquer enfraquecimento das normas europeias relativas aos serviços de interesse público. Por exemplo, a privatização encapotada dos serviços de abastecimento de água ou a limitação das opções relativas à adjudicação de contratos públicos de acordo com critérios ecológicos ou sociais é, a nosso ver, inaceitável. A TTIP não deve ainda poder comprometer as normas favoráveis às PME em qualquer lado do Atlântico.

Os Verdes rejeitam qualquer redução das normas legais em matéria de ambiente, proteção do consumidor, agricultura, alimentação, saúde, trabalho, cultura ou proteção de dados efetuada ao abrigo da TTIP.

PROTEÇÃO DA NOSSA EXCEÇÃO CULTURAL

A proteção da exceção cultural fez do setor audiovisual um pilar da identidade europeia, situação que importa manter. O fim da exceção cultural poderia prejudicar a indústria cinematográfica, tal como, nos últimos anos, esteve na origem da redução drástica da diversidade e da produção de filmes na Coreia do Sul, uma vez que este mercado foi totalmente aberto aos investidores de

Hollywood.

ESTABELEECER E APLICAR NORMAS DE PROTEÇÃO DE DADOS A NÍVEL TRANSATLÂNTICO

A UE e os EUA devem negociar normas comuns em matéria de privacidade dos dados, mas fora do âmbito das negociações propostas a respeito da TTIP, tal como sugeriu o Diálogo Transatlântico dos Consumidores. Queremos que um acordo-quadro sobre a proteção de dados seja finalizado, antes da aceitação de um acordo comercial. Há uma necessidade de um debate amplo e público sobre as normas de proteção de dados, tanto internacionais, como nacionais, tal como demonstraram, de forma conclusiva, as revelações de Edward Snowden sobre as atividades da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA. A proteção dos dados constitui um direito fundamental. Além disso, tal como reconhecido no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) da OMC, a proteção de dados não pode ser encarada como uma barreira não tarifária ao comércio.

O MULTILATERALISMO COMERCIAL DESCARTADO?

A TTIP deve ser considerada num contexto mais vasto, porquanto teria igualmente repercussões sobre países terceiros ligados à UE por tratados bilaterais previamente estabelecidos. Os Verdes sempre advogaram a realização de negociações comerciais multilaterais, sob a proteção de uma OMC com uma responsabilidade democrática acrescida, a fim de estabelecer relações comerciais internacionais equitativas. Além disso, é necessário ter em conta uma perspetiva global, incluindo a Parceria Transpacífico (TPP). A TPP abrange nações que representam mais de 40 % do PIB mundial. No seu conjunto, a TPP e a TTIP representariam mais de 60 % do PIB mundial. Ambas as parcerias excluem a China e outras economias importantes, o que poderia ter um impacto negativo na sua relação com os países europeus.

Tendo em conta a recente conclusão das negociações do Acordo Comercial entre o Canadá e a UE (CETA), a TTIP intensificaria a tendência mundial para a celebração de acordos comerciais bilaterais ambiciosos, da qual a UE tem sido, desde 2005, uma força motriz, minando assim o multilateralismo comercial. De igual modo, os EUA evitam o multilateralismo, quando contestado, querendo agora formar um clube exclusivo com a UE. Entendemos que, a médio prazo, esta evolução poderá enfraquecer a posição da UE no mundo. Ao criar a maior zona de comércio livre do mundo e ao colocar a integração económica num patamar completamente novo, através da convergência regulamentar, a TTIP poderia transformar os processos de definição de regras a nível mundial em geral. Continuará a marginalizar a Organização Mundial do Comércio (OMC), perseguindo uma estratégia do «Ocidente contra o resto do mundo» e forçando os países mais fracos e pobres ao comércio de acordo com regras sobre as quais não teriam qualquer influência. Além disso, a TTIP poderia levar à formação de blocos económicos rivais, ameaçar a cooperação mundial e enfraquecer as iniciativas com vista a reformar o sistema comercial mundial, por forma a poderem enfrentar melhor os desafios globais comuns, nomeadamente as alterações climáticas e a proteção do ambiente.

UMA ALIANÇA TRANSATLÂNTICA DIFERENTE

A coligação que está a promover a TTIP é poderosa, mas não é de forma alguma invencível. O ACTA foi rejeitado. Há já uma forte oposição à Parceria Transpacífico. Os Verdes contribuirão para a formação de amplas coligações contra esta agenda da TTIP, que inclui organizações de todos os setores da sociedade civil, sindicatos e, em especial, grupos de consumidores e de defensores da democracia. As principais exigências consistem na transparência, na defesa da democracia e na salvaguarda das normas, que não são barreiras ao comércio, mas o resultado de opções legislativas explícitas destinadas a proteger os interesses das pessoas e o bem público.

Levantaremos estas questões durante a campanha para as eleições europeias com um objetivo claro: **fazer malograr esta agenda da TTIP.**

As nossas coligações devem também construir pontes sobre o Atlântico. Em junho passado, nós, os Verdes, estabelecemos contactos com especialistas em matéria de comércio de ONG e sindicatos americanos, convidando-os para reuniões em Berlim, Bruxelas e Paris, para aprendermos uns com os outros. O Diálogo Transatlântico dos Consumidores é um fórum adequado para uma cooperação desta natureza, tal como outras redes civis. Podemos unir forças com organizações de defesa dos consumidores dos EUA, que têm conseguido manter os serviços financeiros em grande parte fora da agenda da TTIP, pois não queriam que os requisitos em matéria de regulação dos mercados financeiros fossem reduzidos. Recentemente, cerca de 200 organizações dos EUA e da UE contestaram os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado.

Temos igualmente de estabelecer relações com a Assembleia de Legisladores Estaduais dos EUA, que manifestou a sua oposição a estes mecanismos. Devemos unir-nos aos membros do Congresso que protestaram publicamente contra a pressão exercida pelo representante do setor comercial dos EUA, no sentido de enfraquecer a Diretiva «Qualidade dos Combustíveis» da UE, alertando-o para o facto de as suas diligências com vista à promoção das areias asfálticas «seriam contrárias aos princípios do Plano de Ação Climática da Administração Obama e refletiriam uma falta de visão relativamente aos interesses económicos dos Estados Unidos».

No Congresso, em ambos os lados do corredor, há uma forte oposição à concessão da autorização de promoção comercial à Administração Obama, sem a qual é impossível concluir qualquer acordo. Por conseguinte, a TTIP não é um acordo consumado. Negociadores experientes em matéria comercial questionam a exequibilidade da agenda de grande alcance da TTIP. O calendário apertado oficialmente definido pelos políticos, ignorando a experiência dos negociadores neste domínio, começa já a dar sinais de ser aquilo que sempre foi: irrealista. Como é que se pode negociar um acordo com tantas implicações de uma forma tão precipitada?

A agenda da TTIP promovida pela Comissão Europeia não representa a aliança transatlântica que o Grupo dos Verdes advoga. Não queremos uma aliança transatlântica que teria, inevitavelmente, efeitos negativos nas normas Verdes da UE. Queremos promover uma cooperação transatlântica como parte integrante de uma cooperação multilateral a nível mundial que sustente um «Novo Pacto» Verde global, mediante a sinergia de esforços, com vista à realização de uma economia hipocarbónica sustentável e da justiça social, bem como para dar resposta às alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos. Uma maior harmonização das normas a nível transatlântico seria certamente muito benéfica a esse respeito. O apoio ao Mandato de Comércio Alternativo poderá revelar-se uma estratégia comum prometedora. A cooperação com vista à redução dos subsídios aos combustíveis fósseis seria muito positiva. Mas a agenda da TTIP não envereda por esta via, apresentando demasiados perigos e riscos para ser aceitável.

Por conseguinte, o Grupo dos Verdes assume uma posição de oposição à TTIP. Esta posição foi expressa nas nossas decisões anteriores: «Somos contra qualquer acordo comercial que não honre estes princípios, pelo que nos opomos à TTIP na sua versão atual.»